CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2886/90 - PROC. SE Nº 4059/90
INTERESSADO : DANIEL PANIGASSI VIEIRA DA ROCHA
ASSUNTO : Convalidação de matrícula e atos
escolares. RELATOR : CONSº APPARECIDO LEME
COLACINO
PARECER CEE Nº 976/90 - APROVADO EM 12/12/1990

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

O diretor substituto da EEPG "Luiz Leite", de Amparo, solicita a este Colegiado convalidação de matrícula na 3ª série do 1º grau, neste ano letivo de 1990, do aluno Daniel Panigassi Vieira da Rocha, nascido a 15 de junho de 1982.

O referido menor foi matriculado, em 1989, no Ciclo Básico I e como estivesse alfabetizado, foi remanejado para o Ciclo Básico II, em continuidade.

Logo, no início, o aluno apresentou facilidade de assimilação de conceitos matemáticos e de alfabetização.

Foi encaminhado a psicólogo que lhe aplicou testes cujos resultados revelaram ter ele a idade mental de 13 anos e 6 meses.

O aluno está apto a prosseguir seus estudos em série mais adiantada e as autoridades ouvidas são favoráveis ao atendimento do pedido.

Os autos estão instruídos com:

- ofício do diretor substituto, informação da assistente, técnico pedagógico do 1º grau, despacho do diretor regional de ensino substituto, informação da C.E.I. e despacho do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação.

2- APRECIÇÃO

Se cursar a 3ª série do 1º grau, neste ano letivo de 1990, com 8 anos de idade, Daniel Panigassi Vieira da Rocha estará reduzindo para 7 anos a duração de seu curso de 1º grau.

Mais ainda, frequentando apenas em ano de Ciclo Básico, o aluno estará descumprindo o que determina a parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 21.833 de 28.12.83, que criou o Ciclo Básico no Estado de São Paulo e estabelece seja o mesmo cursado em dois anos letivos.

Dessa maneira o menor estará acelerando sua escolaridade.

O aluno apenas acompanhou o irmão mais velho nos estudos, em 1988 e por ser criança talentosa, evidentemente, alfabetizou-se rapidamente.

Em 1989, foi matriculado com menos de 7 anos de idade como "ouvinte" em caráter excepcional no Ciclo Básico I e, como estivesse alfabetizado foi remanejado para o Ciclo Básico-II.

Está, assim, sendo descumprido o artigo 18 da Lei Federal nº 5692/71 que diz que o ensino de 1º grau terá "a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente pelo menos 720 horas de atividades".

Este Colegiado tem orientado a rede no sentido que cabe à escola rever formas de atuação em classe, dosando os conteúdos programáticos, de acordo com o ritmo e interesse da criança, aprofundando seus conhecimentos, levando-a a ampliar seu mundo facilitando, assim, seu ajustamento psicossocial e desenvolvendo sua capacidade de iniciativa, de criatividade e de participação.

No caso, observa-se que se trata de criança talentosa que merece trabalho especial, principalmente com aprofundamento de estudos em termos de qualidade e variedade; é bastante questionável a postura de simplesmente conduzi-la às séries seguintes, onde continuará aprendendo o trivial, a programação da série, que fatalmente dominará, prontamente, sem, na verdade estar sendo enriquecido, estimulado a ultrapassar os limites de um conhecimento, mecânico e superficial.

Este Colegiado, inúmeras vezes tem advertido escolas por proceder à revelia do disposto em determinações legais.

Em contato com a direção da EEPG "Luiz Leite", apurou-se que o aluno cursa a 3ª série do 1º grau, portanto, em flagrante desrespeito às orientações daqui encaminhadas, mais ainda, porque não existe em lei a figura do aluno ouvinte. Deveria estar cursando o Ciclo Básico e em se entendendo ser meritório o pedido, aguardar a resposta deste Conselho, para transferir de classe. No entanto, à vista da situação, deve a vida escolar do aluno ser regularizada e a escola ser questionada pela Secretaria de Estado da Educação a respeito da atitude tomada.

3. CONCLUSÃO

1. Convalida-se em caráter excepcional, a matrícula de DA NIEL PANIGASSI VIEIRA DA ROCHA, na 3ª série do 1º grau da EEPG "Luiz Leite", de Amparo, DE de Amparo, no ano de 1990.

2. Advirta-se a EEPG "Luiz Leite" pela irregularidade cometida.

3. É Fundamental que a DE de Amparo proceda à devida orientação das escolas sob sua jurisdição quanto ao disposto na Deliberação CEE 14/86 e demais normas referentes ao Ciclo Básico.

4. Encaminhe-se cópia deste Parecer à SE para as providências necessárias.

São Paulo, 12 de setembro de 1990.

a) Cons^o APPARECIDO LEME COLACINO
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de dezembro de 1990.

a) Cons^o. JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente